

ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Portugal só deu início à colonização do Brasil, devido à pressão que sofria com o declínio de seu comércio com o Oriente e com a sistemática ameaça estrangeira, que poderia resultar na perda do território.

Durante a viagem de Martim Afonso, alguns núcleos de povoamento foram fundados, mas rapidamente se percebeu que estes, isolados seriam insuficientes para garantir a posse portuguesa. Tornava-se necessário estimular ainda mais o processo colonizador. Não dispo de capital suficiente para tal empreendimento, D. João III resolveu implantar um sistema já experimentado e que teve sucesso nas ilhas Atlânticas da Madeira, Açores e Cabo Verde. Tratava-se das capitânicas hereditárias.

Baseando-se nas informações enviadas por Martim Afonso, o governo português dividiu o litoral brasileiro em 14 capitânicas – correspondentes a 15 lotes de terra – que foram doadas a 12 donatários.

Para estimulá-los, D. João III concedeu-lhes amplos poderes, ficando, no entanto, o financiamento e os riscos da empresa por conta deles. A Coroa efetivamente não possuía condições financeiras para investir no processo colonizador. Por essa razão, D. João III tratou de determinar muito mais direitos do que deveres a quem aceitasse participar da aventura da colonização.

Juridicamente, a ocupação das terras era assegurada pela carta de doação e pelo foral. A carta de doação, assinada pelo rei, cedia ao donatário as terras, bem como o poder administrativo e jurídico delas. O foral determinava os direitos e deveres do donatário, que recebia as terras não como proprietário, mas como administrador.

Possuía o direito de fundar vilas, conceder sesmarias, receber a redízima (1/10 das rendas que iriam para a Coroa) e a vintena (5% sobre o valor arrecadado com o pau-brasil e a pesca). Além disso, poderia cobrar tributos sobre as salinas, moendas e engenhos. A capitania, no entanto não podia ser vendida. Ela era hereditária, só podendo ser passada de pai para filho.

Ao contrário do que aconteceu nas ilhas do Atlântico, no Brasil elas não tiveram sucesso. Vários fatores contribuíram para isso: falta de terras férteis em determinadas regiões, conflitos com os índios, falta de interesse, distância da metrópole e principalmente falta de recursos.

Somente os elementos originários do grupo mercantil, que dispunham de fortuna própria e crédito junto aos bancos holandeses, prosperaram. Foi o caso de Martim Afonso de Souza, com São Vicente e de Duarte Coelho, com a Pernambuco. As demais malograram, e a Coroa começou a retomá-las em 1548, tendo a última capitania desfeita em 1759. A saída para a falência do sistema de capitânicas foi a criação do governo geral.

OS GOVERNOS GERAIS

Diante fracasso do sistema de capitânicas, Portugal cria o Governo Geral, não para acabar com as capitânicas, mas para centralizar sua administração, pois a autonomia dos donatários chocava-se com os interesses do Estado português. O rei incumbiu um governador-geral de “dar favor e ainda às outras povoações ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda”.

- Governo de Tomé de Souza (1549-53) – Sua sede foi estabelecida na Bahia. Junto com o governador-geral chegaram colonos e seis jesuítas, chefiados pelo Pe. Manuel da Nóbrega. As realizações mais importantes do período foram a fundação da primeira cidade brasileira (Salvador), a criação do primeiro bispado, com D. Pedro Fernandes Sardinha, e o estabelecimento do primeiro colégio do Brasil. Nesse período houve também um grande incentivo à agricultura e à pecuária.
- Governo de Duarte da Costa (1553-58) – Segundo governador-geral, Duarte da Costa veio também para o Brasil acompanhado de jesuítas, entre os quais José de Anchieta. Este, junto com Nóbrega, fundou o Colégio de São Paulo em 25/01/1554. No governo de Duarte da Costa ocorreu, em 1555, a invasão do Rio de Janeiro pelos franceses, que fundaram a França Antártica.
- Governo de Mem de Sá (1558-1572) – Os 14 anos de seu governo foram marcados por fatos importantes, como a dissolução da Confederação dos Tamoios (união de tribos inimigas dos portugueses) por interferência direta de Nóbrega e Anchieta e a fundação da Segunda cidade brasileira, São Sebastião do

Rio de Janeiro, em 1565. Estácio de Sá, fundador da cidade e sobrinho do governador, liderou a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Formaram-se, também nessa época, as primeiras missões jesuíticas. Com a morte de Mem de Sá, de 1572 à 1578 a colônia foi dividida entre dois governadores: D. Luís com o norte, Salvador, e ao sul, no Rio de Janeiro, D. Antônio de Salema. Posteriormente ocorreu a reunificação, sendo designado apenas um governador, Lourenço da Veiga. Em 1621, o Brasil foi novamente dividido, dessa vez em dois estados: o estado do Maranhão, mais tarde chamado de Maranhão e Grão-Pará, e o estado do Brasil. A administração dos municípios cabia às câmaras municipais, . Era nelas que se concentrava o poder político do Brasil até 1642, quando o governo português criou o Conselho Ultramarino, implantando no Brasil uma política centralizadora mais rígida, Nas câmaras municipais o papel principal cabia aos vereadores, eleitos entre os “homens-bons”. Eram considerados homens bons todos aqueles que desfrutavam de posição social elevada e que não exerciam nenhuma profissão manual, isto é, grandes proprietários rurais. As câmaras eram autonomistas e ardentes defensora dos interesses locais contra os abusos da autoridade metropolitana.

PARA SABER MAIS

Livro – Holanda, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. V.1.

O cap. III avalia as razões da instituição do governo-geral no Brasil e descreve detalhadamente o papel de Tomé de Souza.

Filme – Anchieta: José do Brasil (Brasil, 1978, 140 min, Warner. Dir. Paulo César Sarraceni.)

O filme aborda a vida e a morte do jesuíta pioneiro que procurou estabelecer uma convivência pacífica entre os nativos e os primeiros colonizadores portugueses.